



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 206

**MUTIRÃO E TRABALHADORAS DE IGARAPÉ-MIRI: AÇAÍ COMO
ALTERNATIVA ECONÔMICA NO CONTEXTO DE GÊNERO**

Elaide Martins da Cunha

Belém, Dezembro de 2006

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Alex Bolonha Fiúza de Mello

Vice-reitor

Regina Fátima Feio Barroso

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Edna Maria Ramos de Castro

Diretor Adjunto

Thomas Hurtienne

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Luis Aragon

Francisco de Assis Costa

Oriana Almeida

Rosa Acevedo Marin

Sector de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 206

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

MUTIRÃO E TRABALHADORAS RURAIS DE IGARAPÉ-MIRI: AÇAÍ COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA NO CONTEXTO DE GÊNERO

Elaide Martins da Cunha¹

*Não somos só pra produzir filhos, ficar em casa,
mas pra produzir igualdade e lutar por isso.*
Raimunda da Costa Almeida - Trabalhadora Rural

Resumo:

O universo de relações com a floresta no contexto de gênero é focado neste artigo a partir da identificação e resgate da presença da mulher nos movimentos social e sindical dos trabalhadores rurais de Igarapé-Miri. Sob a perspectiva interdisciplinar, este artigo é construído a partir de um levantamento histórico e antropológico com base em bibliografia especializada, de consulta a pesquisas, artigos e documentos. Ao todo, foram realizadas dez entrevistas a dirigentes sindicais e sócios e sócias de associações rurais, dentre as quais se fez uma seleção das mais significativas e a transcrição de seus trechos mais importantes. Além da história oral contada por cada personagem, adota-se o uso da fotografia (Simonian, 2004; Thompson, 2002). Isto porque este instrumental possibilita reconstituir o cotidiano de personagens e grupos abordados, favorecendo a compreensão da realidade dos mesmos. O registro fotográfico é, ainda, um instrumento que contribui para enriquecer pesquisas dessa natureza.

Palavras-chave: Trabalhadoras rurais. Contexto de gênero.

¹ Jornalista e doutoranda do Programa de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável Úmido – PDTU, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/Universidade Federal do Pará – UFPA. A autora aproveita para agradecer à professora Ph. D. Lígia Simonian pelo incentivo a esta produção, o que ocorreu no contexto da disciplina que ministrou em 2005, “Ecologia Política dos Recursos Florestais”. Também, pelos comentários e críticas construtivas, o que permitiu a finalização do texto. Tais agradecimentos são extensivos ao NAEA, pela oportunidade, e especialmente às trabalhadoras e trabalhadores de Igarapé-Miri, pela contribuição no momento da pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

Protagonista das lutas contemporâneas da Amazônia, a mulher vem construindo seu espaço político, buscando a igualdade de direitos na saúde, educação, economia e em outras áreas, vem lutando contra a pobreza e a violência sexista, articulando propostas para melhorar o seu dia-a-dia e o da sua família. Na área rural, grande parte das mulheres sustenta-se na economia extrativista e mantém suas relações integradas ao cotidiano da floresta e amparadas no saber tradicional. É assim nos açazais de Igarapé-Miri, município do nordeste paraense considerado a capital mundial do açaí – fruto do açazeiro (*Euterpe oleraceae* Mart) que pode ser observado nas rasas retratadas na Figura 1.



Figura 1: Cestos ou rasas de açaí. Foto: Roberto Ribeiro, 2004.

Apesar do intenso crescimento da produção e da exportação de açaí do Pará, da busca de novas técnicas de produção e da atenção dispensada pelas pesquisas acadêmicas à temática, a presença da mulher nos açazais ainda é pouco discutida. O trabalho de subir nas palmeiras para colher o fruto, carregá-lo em cestos de palha cheios e pesados e, especialmente, transportá-lo até o ponto de venda, era muito restrito aos homens. Porém, hoje é executado por muitas mulheres que, na verdade, já faziam essas tarefas há muito tempo, mas não assumiam e nem tinham esse reconhecimento.

O universo dessas relações com a floresta no contexto de gênero é focado neste artigo a partir da identificação e resgate da presença da mulher nos movimentos social e sindical dos trabalhadores rurais de Igarapé-Miri. Sob a perspectiva interdisciplinar, este artigo é construído a partir de um levantamento histórico e antropológico com base em bibliografia especializada, de consulta a pesquisas, artigos e documentos. Ao todo, foram realizadas dez entrevistas a dirigentes sindicais e sócios e sócias de associações rurais, dentre as quais se fez uma seleção das mais significativas e a transcrição de seus trechos mais importantes.

Além da história oral contada por cada personagem, adota-se o uso da fotografia (Simonian, 2004; Thompson, 2002). Isto porque este instrumental possibilita reconstituir o cotidiano de personagens e grupos abordados, favorecendo a compreensão da realidade dos mesmos. O registro fotográfico é, ainda, um instrumento que contribui para enriquecer pesquisas dessa natureza.

A metodologia aqui adotada inclui também a observação do estilo de vida desses personagens, suas relações com seus familiares e companheiros de movimento (Oliveira, 1996). Nesse sentido, é interessante observar o modo como esse grupo, destituído de força econômica e de poder político, vem contribuindo para a implantação de uma nova política de acesso e uso de recursos naturais na Amazônia. E, por sua vez, ajudando a reaquecer a economia de seu município e a assegurar meios de vida para as gerações atuais e futuras.

Essa preocupação com o amanhã, aliada ao respeito às formas tradicionais de uso dos recursos naturais impede o avanço de desmatamentos e constitui-se em um dos eixos que garantem êxito à política de criação de áreas protegidas para o uso sustentável de populações tradicionais (Allegretti, 2002); retrata, ainda, o trabalhador (a) do campo, como observa Acopa e Boege (1999) em seus estudos sobre extração de chicle no México, como protagonista do processo de conservação e desenvolvimento, articulando o aproveitamento da biodiversidade sem a destruição do meio ambiente.

Ao resgatar o histórico da atuação daquele grupo em Igarapé-Miri e revelar a importância do papel da mulher na construção de uma nova concepção de economia para o município (baseada no açaí), revela-se as mudanças nas relações de gênero (baseada na busca da igualdade). Nesse contexto, essas mudanças são simbolizadas pela Associação Mutirão – AMUT, fruto da ação coletiva de trabalhadores rurais que a fundaram como um meio de garantir sua sobrevivência a partir da produção de açaí. A construção dessa associação, um projeto de vida coletivo, também é abordada neste trabalho e despertou a força da mulher rural miriense, levando-a a reivindicar o seu próprio espaço, a fundar a Associação das Mulheres, a lutar pela garantia da geração de renda e de uma vida mais digna às populações tradicionais.

2 IGARAPÉ-MIRI: NOÇÕES HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS

Igarapé-Miri surgiu no início do século XVIII, a partir de uma fábrica nacional para aparelhamento e extração de madeiras de construção, que eram comercializadas em Belém. Da condição de paróquia (1752), freguesia e vila (1843), foi elevado a município em 1845. No ano de 1930, foi extinto (04/11) e restaurado (27/12) em menos de dois meses².

Seu nome é formado por vocábulos usados pelos povos da cultura tupi - chamados de povos da água (Dicionário, n. d). Igarapé é composto por “yg (rio ou caudal d’água), iara (senhora) e pé (caminho) e significa “caminho da senhora das águas”. Já a palavra Miri (ou mirim) significa pequeno. Assim, a tradução exata seria “pequeno caminho da senhora das águas” (Dicionário, n.d; Figueiredo, 1996). Essa tradução é sugestiva e retrata bem a paisagem central da sede do município, às margens do rio.

O município possui ilhas fluviais, banhadas pelas águas do estuário do rio Tocantins, entrecortadas por uma série de cursos d’água conhecidos como furos e igarapés. Seu principal rio é o Meruí, coletor de quase toda sua bacia hidrográfica. Pela margem direita, seus principais afluentes são

² Dados do antigo Instituto de Estudos e Pesquisas do Pará – IDESP, hoje disponibilizadas pelo governo do estado do Pará.

os rios Igarapé-Miri (em cuja margem está localizada a sede municipal) e Itanambuca, que limita o município, a nordeste, com Abaetetuba. Pela margem esquerda, o principal rio é o Cagi, limite natural a sudoeste com o município de Cametá - desde as nascentes até seu curso médio. O rio Maiauatá, que banha o distrito do mesmo nome, faz a ligação entre o rio Meruú e a foz do rio Tocantins.

Além de Abaetetuba e Cametá, Igarapé-Miri limita-se com Moju, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru; pertence à mesorregião nordeste paraense e à microrregião Cametá, localizando-se a cerca de 100 quilômetros de Belém, a capital do Pará. Atualmente, acredita-se que sua população já tenha ultrapassado 60 mil habitantes. De acordo com as pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população miriense estimada em 01 de julho de 2005 era de 59.346 mil habitantes.

Desde os anos da década de 1980, quando Igarapé-Miri atravessou sérias mudanças na sua economia com o fim do ciclo da cana-de-açúcar e os seus açaiuais sofreram um forte impacto com a exploração do palmito de açaí, inicia-se o processo de organização político-econômica de trabalhadores rurais, especialmente daqueles que estavam desempregados. Entre eles havia algumas mulheres, na maioria esposas. Elas entraram nesse processo como meras coadjuvantes, estimulando e apoiando seus companheiros a enfrentar o novo desafio: retomar as atividades abandonadas com o êxodo rural provocado pelo fim do ciclo da cana-de-açúcar.

Uma das alternativas foi o chamado Projeto Mutirão, que resultou na AMUT no início da década de 1990. Esta iniciativa contou com a força de um reduzido grupo de mulheres que, após lutarem pelo trabalho de seus maridos, passaram a lutar pela igualdade de seus direitos. Hoje, elas mantêm sua própria associação, participam do Mutirão, ocupam cargos de direção no sindicato e cotidianamente enfrentam a missão de construir a dimensão do gênero no meio rural.

3 ASPECTOS CONCEITUAIS

Além do nome tupi, o município recebeu outras heranças indígenas, como as atividades extrativistas ligadas à pesca e à vida na floresta. A prática do extrativismo e a exploração de recursos florestais são consideradas fenômeno econômico central na Amazônia, existente desde o início da colonização portuguesa nesta região. Historicamente, esta colonização sempre desenvolveu tais atividades conforme a demanda do mercado internacional.

Assim que chegaram ao chamado vale amazônico, os portugueses ocuparam a foz do rio Amazonas para expulsar os ingleses e holandeses, fundaram Belém em 1616 e tentaram repetir a bem sucedida experiência da lavoura de cana-de-açúcar que desenvolveram no nordeste. No entanto, as condições desfavoráveis a esse tipo de agricultura levaram à busca de outros meios para firmar uma base econômica. Como a floresta oferecia uma grande variedade de produtos, como cravo (*Caryophyllus aromaticus*), canela (*Cinnamomum zeylanicum*), castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa*, H. B. K. – LECYTHIDACEAE), cacau (*Theobroma cacao*), plantas medicinais, óleos, resinas, madeiras e produtos animais para o comércio, como peles, peixes e carnes secas, a base econômica da colonização passa a ser a extração. E de acordo com Prado Júnior (1987) e Rueda (n. d.),

era a exploração econômica baseada nas chamadas “Drogas do Sertão”, realizada na floresta aberta a todos e, principalmente, em épocas de colheita

Desde os anos da década de 1980, quando Igarapé-Miri atravessou sérias mudanças na sua economia com o fim do ciclo da cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*) e os seus açaiçais sofreram um forte impacto com a exploração do palmito de açai, inicia-se o processo de organização político-econômica de trabalhadores rurais, especialmente daqueles que estavam desempregados. Entre eles havia algumas mulheres, na maioria esposas. Elas entraram nesse processo como meras coadjuvantes, estimulando e apoiando seus companheiros a enfrentar o novo desafio: retomar as atividades abandonadas com o êxodo rural provocado pelo fim desse mesmo ciclo.

Com isso, as tarefas desenvolvidas na região durante o início da colonização reduziam-se a penetrar a floresta, pescar e conduzir embarcações. Ambas eram muito bem feitas pelos índios, subjugados pelas missões religiosas - as quais desbravaram a região em busca de hegemonia e imprimiram um caráter predatório a este tipo de exploração e ocupação (Cardoso, 2004; Prado Jr., 1987). O extrativismo também motivou a ocupação da Amazônia, especialmente na segunda metade do século XIX durante o "ciclo da borracha" (*Hevea brasiliensis* EUPHORBIACEAE), cujo apogeu ocorreu na virada do século e o seu declínio por volta de 1920.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o extrativismo da borracha voltou a ser incentivado e atraiu milhares de famílias nordestinas para os seringais. Nestas áreas também se pratica o extrativismo da castanha-da-amazônia, porém em período distinto. Enquanto o extrativismo da borracha é praticado na época menos chuvosa (maio a novembro), o da castanha é feito no período mais chuvoso (dezembro a abril). No Pós-Guerra, o extrativismo volta-se à extração de madeira e a partir dos anos de 1960, incrementa-se a extração mineral, principalmente através do ouro, ferro, bauxita e cassiterita.

O **extrativismo** tem sido uma constante na história econômica do Brasil e é a mais antiga atividade humana, antecedendo a agricultura, a pecuária e a indústria. Como bem lembra Simonian (2005, p. 3), “[...] a prática do extrativismo remonta a tempos prístinos, mas é com a mercantilização dos recursos naturais que esse modo de intervenção humana nos ecossistemas se concretiza e se define”. A autora chama a atenção para o fato de que, historicamente, o extrativismo tem produzido destruições diversas na Amazônia, tanto no âmbito dos recursos naturais, quanto no sócio-cultural.

O termo extrativismo vem de "extração", que significa qualquer forma de apropriação de recursos cuja ocorrência natural não tenha sido intencionalmente aumentada para fins de exploração. Além disso, designa a exploração dos recursos naturais (mineral, animal ou vegetal) com fins comerciais, evocando especialmente meios florestais tropicais e recursos biológicos (Lescure, 2000, *apud* Cardoso, 2004). Ou seja, esse termo vem sendo vinculado à exploração – a qual pode ser planejada ou não.

Até o início do século XIX, o conceito extrativismo baseava-se, ainda, nas grandes descobertas científicas e navegações, nas idéias dos naturalistas e na riqueza da "mãe natureza", pensamento reforçado pela Revolução Industrial e pelas teorias marxistas - onde tudo era produto e todos os recursos naturais seriam matérias-primas. Porém, o avanço das tecnologias e do crescimento populacional no século XX revelou que esse tipo de matéria-prima não era inesgotável e levou a novas

idéias com relação à sustentabilidade dos ecossistemas, colocadas em prática através dos chamados projetos de desenvolvimento sustentável. Atualmente, nas discussões sobre práticas sustentáveis e/ou insustentáveis, o extrativismo destaca-se como estratégia de sobrevivência das populações que vivem e/ou dependem da floresta.

Enquanto manejo positivo, pensado, segundo Simonian (1997), como antídoto ao manejo negativo ou à devastação florestal), o extrativismo aparece como uma estratégia para valorizar a floresta tropical e a sua biodiversidade. Desse modo, contribui para o aumento da renda das populações tradicionais e por apresentar baixo impacto sobre os ecossistemas florestais (Pinton, Aubertin, 2000 *apud* Cardoso), especialmente porque o modelo recomendado hoje se caracteriza pela associação de atividades extrativistas entre si, como a caça, a pesca, a coleta e a agricultura. Para Simonian (1997, *apud* Cardoso, 2004), as populações tradicionais apresentam uma relação menos impactante porque existe uma forma simbiótica destas com a floresta e ao lidarem com os ecossistemas seus saberes tradicionais asseguram essa relação. Portanto, hoje, em pleno século XXI, o extrativismo continua a ser a base econômica para milhares de famílias, gerando trabalho e renda para quem depende da extração florestal, como os associados da AMUT em Igarapé-Miri.

A extração de açaí, hoje, no município, supera a de todos os demais frutos, como castanhas, mangaba e umbu. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a produção da extração vegetal e silvicultura de 2003 de Igarapé-Miri contabilizou 8,9 mil toneladas de açaí, enquanto o total dos demais frutos nem sequer atingiu a unidade de medida. Igarapé-Miri também extrai produtos oleaginosos, fibras, cascas, raízes, folhas e resina. As principais extrações da década de 1980 ainda são praticadas, mas em menor escala, como a extração de palmito (segundo os produtores, agora como manejo positivo), que representa cerca de 5% do total extraído no estado, e a extração de madeira, cuja produção em toras representa 1,6% da extração praticada no estado do Pará.

Esses resultados são decorrentes da ação coletiva de homens e mulheres que resolveram mudar o rumo de sua história. O termo **ação coletiva** foi inicialmente difundido por Olson Jr., através da tese *The Logic of Collective Action* (1965). Composta por ações racionais (com referências afins ou valores), a ação coletiva constitui-se uma atuação coordenada cuja origem está no reconhecimento consciente de interesses, necessidades e expectativas comuns. A partir desse reconhecimento, os atores sociais planejam uma atuação coordenada para alcançar seus objetivos, influenciando em seu mundo, mudando o curso de sua própria história e exercitando a pluralidade humana - a principal condição de sua vida política. Nesse poder compartilhado, a questão do gênero vem à tona.

Desde a década de 1970, o termo **gênero** tem sido usado para teorizar a questão da diferença sexual nas relações sociais, incorporando as dimensões de poder, classe e raça/etnia (Soihet, 2003). Sua ênfase está centrada, conforme esta autora ressalta, no caráter fundamentalmente social e cultural das distinções baseadas no sexo, incluindo, ainda, o aspecto da política formal e a participação da mulher como sujeito ativo na sociedade. Enquanto sujeito ativo a mulher vem assumindo o papel de quem luta por seus direitos e pela igualdade nas relações sociais e busca garantir a transcendência de suas conquistas para as gerações futuras.

Como bem lembra Simonian (2001, p. 24), a Amazônia, como outras áreas tropicais, tem contribuído, enquanto laboratório, para os estudos sobre as mulheres e suas intervenções no ambiente.

Na pesquisa realizada sobre as mulheres seringueiras do Alto Juruá, Wolff (1999) ressalta a importância da transformação das relações de gênero na Amazônia que, a seu ver, garantiu a ‘sustentabilidade’ dos seringueiros daquela área. Para esta autora, as relações de gênero, entre outras formas de relações sociais, sofreram grandes alterações em muitos de seus aspectos e adquirem grande relevância para a compreensão desta sociedade (Wolff, 1999). Portanto, a perspectiva de gênero não pode ser excluída da formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da região.

4 ECONOMIA E MEIO AMBIENTE EM IGARAPÉ-MIRI: TEMPOS DIFÍCEIS

Na década de 1980, Igarapé-Miri sofreu profundas mudanças econômicas e ambientais. Sua pesca foi fortemente abalada pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (que a partir de 1983 teria levado à redução de muitas espécies, principalmente do mapará (*Auchenipterus nuchalis*), e sua vegetação ficou comprometida com a atuação de serrarias (instaladas após a abertura da rodovia PA 150) e de indústrias de palmito, responsáveis pela redução do mais tradicional alimento daquela população local: o açaí. Essas fábricas começaram a chegar do sudeste para as regiões de várzea no Pará ainda na década iniciada em 1970, a partir do esgotamento das fontes do palmito jussara (*Eutherpe edulis*) na Mata Atlântica.

As mesmas vieram para o baixo rio Tocantins atrás do palmito do açaí (Lopes, n. d.). Antes abundantes nas regiões de várzea da Amazônia, área que pode ser observada na Figura 2, os açazeiros começaram a sofrer impacto com o corte indiscriminado de suas palmeiras em idade produtiva. Essa ação predatória afetou o estoque de frutos para a dieta alimentar da população, baseada na farinha de mandioca, peixe e polpa de açaí – a qual é produzida com certa quantidade do fruto amassado e misturado com água.



Figura 2: Açazeiros nas regiões de várzea. Foto: Roberto Ribeiro, 2004.

Outra mudança significativa foi o fim do ciclo da cana-de-açúcar. Dos 54 engenhos que produziam açúcar e cachaça em 1975, apenas nove restaram em 1983 – e na década de 1990 praticamente desapareceram (Figueiredo, 1996). Ex-proprietários de engenhos mudaram-se para

Belém, onde abriram grandes supermercados, como o *Líder* e o *Nazaré*; e muitos trabalhadores rurais ficaram desempregados. Isolados, sem trabalho e sem terra, estes mudaram-se para a cidade de Igarapé-Miri, onde formaram bairros na periferia, como o da Cidade Nova – um bairro populoso e com pouca infra-estrutura.

A pobreza veio como resultado desse êxodo rural. Para contê-lo, um grupo de lideranças aceitou o desafio de tentar resgatar os trabalhadores à zona rural, convencendo-os de que ali a vida poderia ser melhor. Perseguindo esta meta, esse grupo formou a oposição sindical e concorreu às eleições de 1983, 1985 e 1988 – ano este em que, finalmente, conquistou a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri –STR/Igarapé-Miri. Ali, naquela velha casinha de madeira, um dos primeiros passos da nova direção foi discutir projetos alternativos para alcançar a sua meta.

E foi assim que nasceu a AMUT, cujo nome também vem do tupi-guarani ‘motirõ’ e significa “fazer juntamente” e/ou “reunião para fins de colheita ou construção”. Para muitos associados, esse significado sempre esteve muito claro, como bem explica Benedita Carvalho Gonçalves durante entrevista,³ conforme registra a Figura 3. Esta sócia-fundadora do Mutirão é a atual presidente do STR/Igarapé-Miri e tesoureira da Associação das Mulheres de Igarapé-Miri – AMIM:

Era o mutirão do trabalho, do roçado, do plantio, da construção da sede, da casa para os trabalhadores, da discussão. Era como se fosse a secretaria do sindicato.

O objetivo da associação era ousado: desenvolver a economia do município a partir da produção rural, investir na formação política e ambiental de seus sócios, fortalecer sua organização e incentivar o trabalho em harmonia com a natureza.



Figura 3: Benedita Gonçalves
Foto: Roberto Ribeiro, 2004.

³ Entrevista concedida à autora em Belém, em novembro de 2004. Os demais trechos citados de Benedita Carvalho Gonçalves são extraídos dessa mesma entrevista.

Assim, uma nova relação com a floresta nasce como modo de superar a crise e a floresta passa a ser mais do que um espaço ambiental, tornando-se o território daqueles trabalhadores rurais. A importância dessa relação é, hoje, cultivada por muitos associados. O presidente da AMUT e também sócio-fundador, Nelson Lima Pinheiro, ressalta as mudanças de sentidos para esses trabalhadores:

Antes, o povo não entendia a relação Homem e Natureza; não tinha noção da gravidade que eles mesmos estavam criando. Hoje, se preocupam com o amanhã.

E é exatamente essa consciência que possibilita que o Mutirão constitua-se um instrumento de colaboração para a implantação de uma nova política de acesso e uso de recursos naturais, favorecendo a preservação ambiental e garantindo o futuro das populações tradicionais daquele município.

5 AS MULHERES E O MUTIRÃO: O COMEÇO DO MOVIMENTO FEMININO

Eram poucas as mulheres, mas tinham participação ativa. A gente tava ali, no meio dos homens, contribuindo, mas sentindo que precisávamos avançar no processo com as mulheres também.
Raimunda Costa Almeida – Trabalhadora Rural

A AMUT foi uma das pioneiras do município. Fundada em maio de 1990, contou com o apoio de comunidades eclesiais de base, como a italiana Manitese que ajudava, inclusive, com recursos financeiros. Organizados, seus associados ocuparam uma área devoluta de 200 hectares às margens do igarapé Tracuateua, sem a menor infra-estrutura. Em seguida, ocuparam mais 145 hectares de terras, às margens do rio Meruú-Açu, uma área conhecida como Ponta Negra. Foi neste local que os trabalhadores construíram a sede da associação e que a participação das mulheres fica mais evidente. A construção da sede em si foi um grande evento.

Esse grupo trabalhava de dia na cidade e à noite seguia para Ponta Negra. A viagem era feita em pequenas canoas e durava cerca de uma hora. As mulheres, a maioria esposas dos associados, encarregavam-se de fazer a comida e ajudavam a carregar tijolos, pau, pedra, barro, terra, madeira e tudo o que a força física permitisse. Toda essa história é lembrada com emoção por Carmen Foro⁴, retratada na Figura 4. Carmen é uma das sócias-fundadoras do Mutirão e atual coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, uma diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG:

Lembro que a gente ia numa saboneteira, toda 2ª feira... a gente passava a noite trabalhando e depois dormia num barracão de madeira, no chão...

⁴ Também em entrevista concedida à autora em Belém, em novembro de 2004. Os demais trechos citados dessa sindicalista são extraídos desta mesma entrevista.



Figura 4: Carmen Foro.
Foto: Roberto Ribeiro, 2004.

Para esse novo desafio, essas mulheres amparavam-se na sua práxis e na vontade de ajudar os companheiros, como bem lembra Benedita Carvalho Gonçalves...:

Muitas mulheres já trabalhavam na roça, plantando mandioca, arroz, milho...
aí veio a consciência da necessidade de trabalhar em parceria com os companheiros.

O trabalho em parceria foi a semente para um novo movimento: o das próprias mulheres. A sócia-fundadora do Mutirão, tesoureira do STR, ex-presidente e atual vice-presidente da Associação das Mulheres de Igarapé-Miri – AMIM, Raimunda da Costa Almeida, vista na Figura 5, orgulha-se em contar⁵ os detalhes desse despertar:

Fomos fundadoras. Os companheiros trabalhavam e a gente fazia comida, plantava e ajudava em tudo; mas aí a gente pensou que não podia ficar só ajudando, tinha que participar de outra forma.

⁵ Em entrevista concedida à autora no município de Igarapé-Miri, em novembro de 2004. Os demais trechos citados de Raimunda da Costa Almeida são extraídos desta entrevista.



Figura 5: Raimunda Almeida

Foto: Roberto Ribeiro, 2004.

E essa participação realmente se concretizou. Mesmo sem grandes certezas, essas mulheres tinham um alvo em comum: a conquista da igualdade. A partir de muitos questionamentos, elas passaram a discutir sua condição e a avançar na participação feminina, como bem retrata Carmen Foro:

A gente não tinha muita clareza de que tinha que ter um espaço para as mulheres, mas depois a gente evoluiu... começamos a nos deparar com alguns problemas que nos levaram a certas questões. O casal era sócio, mas o benefício (crédito rural) quem tinha era o homem da família. Por quê? Então, aí começa uma discussão que se reflete no sindicato.

Esse processo conduz as mulheres a desempenhar um papel mais ativo, fazendo-as investir em sua formação e a descobrir a sua própria importância para a sociedade. Sempre com um olhar mais voltado para a participação feminina nesse movimento, Raimunda da Costa Almeida fala da concepção que passaram a construir de si mesmas:

Tinha algumas companheiras... eu era uma, a Carmen, a Durica, a Mariazinha, tia Felica... começamos a nos organizar para fazer um movimento de mulheres e discutir nossos problemas. Aí lutamos, começamos a buscar seminários, palestras para discutir os direitos da mulher, a saúde da mulher... Vimos que somos as pessoas que podem está transformando, garantindo consciência, ajudando nossos filhos e participando do processo decisivo; vimos que a maior parte das mulheres são professoras, cuidam da casa. Então, começamos a saber que temos muito a contribuir.

E foi assim que, com o Mutirão, nasceu o movimento e a AMIM, que hoje tem produtividade própria, atua na venda do açaí e fortalece a agricultura familiar no município.

Tal qual o início do Mutirão, muitos esposos das sócias atuam como colaboradores e têm se interessado em ampliar as atividades da Associação das Mulheres. Um desses projetos mistos prevê a produção de farinha de mandioca. Além disso, as mulheres se preparam para extrair o óleo da andiroba e trabalhar com o cupuaçu, o cacau, o bacuri e outros frutos regionais. Para alcançar esta meta, elas estão com uma programação intensa de atividades, cursos e oficinas para o decorrer deste ano. A programação é realizada em parceria com a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE e com a UNITRABALHO, uma incubadora de cooperativas da UFPA. Ambas prestam assessoria e capacitação através de cursos de gestão, produção, organização, plano de manejo, cooperativismo, contabilidade e outros treinamentos.

Esse tipo de parceria impulsionou a associação das mulheres que, como muitas outras, também enfrenta problemas financeiros. Fundada em setembro de 1996, ainda não tem sede própria e por isso funciona em uma sala cedida e anexada ao STR/Igarapé-Miri. Começou com 200 sócias, perdeu muitas no decorrer dos anos e hoje dá a volta por cima com 280 sócias. Apesar das dificuldades, esta associação tem vendido toda a sua produção e avançado no desempenho das mulheres, que estão se organizando, aprendendo lições de cidadania e articulando ações de educação, trabalho, renda, saúde, direitos previdenciários, capacitação profissional e combate à violência sexista.

E, ao discutir gênero, elas tratam de novas políticas públicas, relações de poder e o papel da mulher na sociedade, discutem como enfrentar o machismo dos colegas e como assumir seu trabalho do dia-a-dia. Este é um trabalho que, na avaliação feita por Raimunda da Costa Almeida em nova entrevista,⁶ não dependia mais apenas da força física, mas da coragem da mulher de se assumir enquanto produtora de açaí.

A maioria delas atua na limpeza dos açaizais (roçado e manejo), na debulha do açaí e na colheita... aquelas que moram nas ilhas mais distantes, viajam até cinco horas para vender o açaí na sede da cidade, onde os caminhões levam a mercadoria para a [Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açú –] CAMTA ou para a SAMBAZON do Brasil. Antigamente, elas tinham vergonha de vender, mas hoje já acompanham até a carga para outros municípios.

É interessante destacar que esse sentimento de ‘vergonha’ foi também observado durante pesquisa feita por Simonian (2001⁷) com mulheres seringueiras na Amazônia, dentre as quais poucas demonstram orgulho ao referirem-se às suas atividades como seringueiras. No caso das mulheres dos açaizais de Igarapé-Miri, Benedita Gonçalves acrescenta que a inversão desse sentimento teve sua sementinha no

⁶ Concedida à autora em Belém, em março de 2006.

⁷ No artigo “Mulheres Seringueiras na Amazônia Brasileira: trabalho duro, silenciado e quase extinto”, o 2º dos cinco artigos dessa publicação.

Mutirão. Isso porque foi nesta associação que as mulheres passaram a assumir o seu trabalho de extrativistas, a reconhecer sua própria capacidade e a lutar contra a discriminação e o preconceito:

Alguns companheiros achavam que lá não era o nosso lugar, que nosso lugar era cuidar da casa, dos filhos... e conseguimos mostrar que nós também podemos administrar junto, mostrar que temos idéias, discutir e colocar na prática essas idéias.

E foi por causa dessa determinação que as mulheres passaram a compor a chapa da eleição sindical de 1992, assumindo, pela primeira vez, lugar na diretoria do sindicato. As trabalhadoras rurais Carmen Foro e Raimunda Almeida foram essas pioneiras. Onze anos depois, exatamente em 2003, a presidência foi ocupada pela primeira vez por uma mulher: Benedita Gonçalves, que agora se prepara para disputar a reeleição em maio de 2006. Para Raimunda da Costa Almeida, esse cenário tem um significado especial:

Isso é a coragem de ter enfrentado um grande desafio, o que não é fácil porque sofremos muita discriminação; mas para nós é um grande avanço e a gente quer mostrar que temos capacidade sim, só precisamos ter oportunidade para colaborar.

A força feminina no movimento sindical de Igarapé-Miri já havia sido comprovada, inclusive, na eleição de 1988, quando as mulheres tiveram um papel fundamental para a vitória da oposição sindical. Ainda segundo Raimunda da Costa Almeida, esse papel foi importantíssimo para que a história do movimento sindical miriense mudasse totalmente seu rumo:

Os companheiros homens tentavam desde 1983; vinham lutando e não conseguiam chegar na direção. Em [19] 88, nós, mulheres, ingressamos no movimento sindical dos trabalhadores rurais e foi aí que conquistamos a vitória.

Atualmente, como já se disse, as mulheres não apenas participam da diretoria, mas assumem a presidência do sindicato e outros cargos-chaves. Não são mais meras coadjuvantes, mas protagonistas da história do movimento sindical rural de Igarapé-Miri.

6 MUTIRÃO: CAPACITAÇÃO, PRODUÇÃO E CERTIFICAÇÃO

O Mutirão foi o ator principal pelo desenvolvimento econômico e sustentável do município, contribuindo com o título de capital mundial do açaí.

Jair dos Santos

Sócio-fundador e Secretário do Mutirão

Com já se disse, as famílias da região do baixo Tocantins iniciaram, na década de 1990, um processo de recuperação das áreas de açais nativos, retomando as práticas tradicionais de manejo agroflorestral. Além de atender à necessidade de recuperar os estoques de alimento, passaram a atender a demanda do mercado nacional de açaí. Esse cenário de acordo com Sobrinho (2005), triplica a produção de frutos na região e dá início a um importante processo de organização da produção a nível regional, envolvendo associações de produtores, centros de pesquisa, entidades governamentais e não-governamentais.

E essa realidade é simbolizada pela AMUT, cuja síntese é manifestada com orgulho e carinho por Carmen Foro:

O Mutirão foi um ato de ousadia, de tentar desenvolver a economia do município e melhorar a vida e a renda dos trabalhadores rurais. A regra era: o açaí era a saída econômica após a cana-de-açúcar. Hoje, podemos dizer que o Mutirão pode servir de experiência e referência. Foi uma iniciativa dos trabalhadores, sem apoio nenhum do poder público, que nunca deu prioridade para o desenvolvimento da área rural. Foi uma iniciativa de trabalhadores que sonharam e ousaram.

Esse sonho atraiu muitos seguidores e hoje o Mutirão lidera uma espécie de consórcio municipal, composto por cinco associações parceiras. Estas integram a Cooperativa do Desenvolvimento de Igarapé-Miri – CODEMI, fundada no início de março deste ano. Todas as associações trabalham no aprimoramento da produção do açaí, que já conquistou até diploma de certificação orgânica. Para conseguir este selo, os sócios fazem um curso com conteúdo intenso, ministrado na sede do Mutirão, que funciona como Centro de Formação, conforme registrado na Figura 6.



Figura 6: Eva da Costa ensina teoria para associados. Fotos R. Ribeiro, 2004.

Os alunos reaprendem a produzir o açaí, intensificando os cuidados de higiene e passam a usar até máscaras, luvas e touca no processo de colheita e debulha do fruto, como mostra a Figura 7. Todas as lições são repassadas pelos agentes capacitadores das áreas de Produção, Gestão, Cooperativismo e Informática que, por sua vez, são preparados pela FASE através do 'Projeto Certificação do Açaí', realizado também em Barcarena, Abaetetuba e Cameté (Sobrinho, 2005; Amazônia.org., 2006). Em cada município, os agentes repassam conhecimentos para os sócios das associações, que aprendem mais sobre registro, assessoria, comercialização, higiene, meio ambiente e outros.



Figura 7: Eva da Costa ensina a prática para associados. Foto: R. Ribeiro, 2004.

Os procedimentos novos no processo de produção de açai mudam a rotina de trabalho e o comportamento desses ribeirinhos. Ao contrário do que aprenderam com os avós, sabem que hoje os acessórios de higiene são obrigatórios em praticamente todas as etapas de produção, inclusive para o consumo próprio, como se pode ver na Figura 8 uma das associadas usando máscara e touca para amassar o fruto e obter o vinho para a sua família. Como a associação ainda não faz processamento de polpas, vende o fruto para determinadas empresas beneficiadoras em outros municípios. No entanto, o Mutirão adota todos os cuidados que aprimoram a seleção dos frutos, que só ganham certificação orgânica⁸ e permissão para exportação se tiverem boa qualidade, como mostram as Figuras 9 e 10.



Fig. 8: Associada amassando o açai



Fig. 9: Rasas no ponto de vendas em Igarapé-Miri

Fotos: Roberto Ribeiro, 2004



Figura 10: O açai é selecionado para ter certificação. Foto: Roberto Ribeiro, 2004.

⁸ É considerado orgânico porque em seu processo de produção não se usa fogo ou qualquer insumo químico.

O processo de exportação de açaí para os Estados Unidos da América – EUA começou ainda em 2003. O mesmo envolve a SAMBAZON, uma empresa internacional, três fábricas de processamento de frutas (CAMTA e Fly no Pará e DAFRUTA no Ceará), a Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba – COFRUTA, a Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá – CART, a Cooperativa dos Produtores de Barcarena – COOPEBAB e a AMIM de Igarapé-Miri (Sobrinho, 2005). A exportação é resultante da valorização dos frutos de açaí no mercado nacional e do avanço do trabalho e da organização dos produtores da região do baixo Tocantins. Isso ampliou as oportunidades de negócios para a produção familiar e abriu portas no mercado externo.

Entre os agentes de treinamento, está a produtora rural Eva da Costa, filha de um dos sócios da AMT e da AMIM. Durante as aulas, Eva explica quais as características de um produto orgânico e os cuidados que se deve ter na manipulação, especialmente os de higiene; repassa as lições e acompanha o trabalho dos associados. Foi através da capacitação que os trabalhadores do Mutirão conseguiram a certificação do açaí orgânico e, posteriormente, sua exportação.

Esse selo foi conquistado em 2004, emitido pela *Guaranteed Organic Certification Agency* – GOCA, conforme as normas de certificação USDA *Organic* (EUA), e tem atraído mais parcerias e apoio para os produtores. E, segundo a publicação Mercado da Floresta (2005), as cooperativas que participam do projeto ‘Certificação do Açaí’ recebem apoio do Balcão de Serviços para Negócios Sustentáveis. A partir daí, passam a ter autorização para certificar agricultores da região em uma área de 7,7 mil hectares.

Apesar de tantos avanços, especialmente quando se encontra uma jovem garota ensinando antigos senhores, Eva ainda enfrenta a resistência de certos produtores, que se recusam a fazer planejamento e a colocar em prática o que aprendem no curso. No entanto, pelo menos alguns membros da diretoria já sabem que é preciso mudar, compreender a evolução social e adequar-se às novas exigências de mercado. Nelson Pinheiro é um deles. Encara com muita seriedade a necessidade do produtor em adequar-se ao mercado externo e garantir os recursos naturais para as gerações futuras:

A SAMBAZON se interessou, mas precisava de qualidade. A FASE contribuiu na capacitação para o manejo, fazendo com que a gente garantisse o comércio externo, que veio com a certificação. O mercado externo exige mais cuidado com o meio ambiente, quer o homem em consonância com a natureza e um produto com mais qualidade. Isso exige mais trabalho e investimentos, porque reduz a produção e agrega mais valores, né!

Esses novos conceitos geram novos comportamentos, introduzindo um novo modo de vida, agora mais sintonizado com o meio ambiente.

7 AÇAÍ: O FRUTO DA VIDA

Até a década de 1980, os açazais do baixo Tocantins estavam ameaçados pela extração de palmito, a qual prevê o corte de uma planta para cada palmito. Embora cada touceira tenha várias plantas, a exploração predatória e sem manejo adequado prejudicou seu desenvolvimento e frutificação. Quando os ribeirinhos perceberam que poderiam ficar sem o alimento mais tradicional da Amazônia (consumido como uma bebida de consistência pastosa, obtida com a adição de água em seu processamento) dedicaram-se a novos plantios. Com isso, a exploração comercial dos frutos – e não do palmito - passou a ser a prioridade.

Chamada cientificamente de *Euterpe oleracea* Mart e popularmente de açaí-do-pará, palmito-açaí ou simplesmente açazeiro, essa planta é da família das Palmáceas, também denominada de ARECACEAES. É uma planta de origem brasileira, mais precisamente da Amazônia oriental, na região do estuário do rio Amazonas. É nativa do Pará, encontrada ainda no Amapá, Maranhão e Tocantins, como também na Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Venezuela, Panamá, Equador, Panamá, Equador e Trinidad – nestes países, a espécie é pouco explorada por ocorrer em baixa frequência e com poucos indivíduos por hectare (Nogueira, Homma, 1998). Espécie tipicamente tropical, o açazeiro apresenta maior produtividade em locais com tipos climáticos quentes e úmidos e com precipitação de chuvas superior a 1.800 mm, bem distribuídas nos meses do ano.

O mesmo pode ser cultivado tanto nas matas de terra firme como em solos de várzea, próxima aos ribeirões, rios e igapós – Rodrigues (1995) explica que as matas de várzea e igapó são menos heterogêneas que as de terra firme. Ainda, que, geralmente, no alto-Amazonas as matas de várzea são mais diversificadas do que no baixo. Entretanto, o açaí não deve ser cultivado em áreas com temperaturas médias anuais inferiores a 21° C e tampouco em áreas permanentemente inundadas, as quais afetam seu crescimento e sua produção de frutos.

O açazeiro inicia seu ciclo de produção três anos e meio a quatro anos após o plantio; cresce em touceiras, formadas pelas sucessivas brotações laterais, que chega a ter até 20 plantas, em diferentes estágios de crescimento. Entre os tipos de açaí, os mais comuns são o roxo (ou preto) e o branco. Do fruto, produz-se a bebida açaí, um alimento rico em lipídios, proteínas, potássio, cálcio, fósforo, sódio e magnésio. Na Amazônia brasileira, em particular no Pará e Amapá, geralmente é consumido na refeição principal, puro ou misturado com farinha de mandioca e/ou açúcar, acompanhado ou não de peixe frito ou carne de seca; é um importante alimento não só de ribeirinhos, mas também da população urbana.

Ao buscarem respostas para essa demanda efetiva pelo chamado ‘vinho do açaí’, Simonian e Nascimento (2004, p. 15) esclarecem que esse é um hábito arraigado nos costumes amazônicos especialmente no interior do Pará:

Trata-se, pois, do hábito de sentir-se alimentado quando o estômago acha-se pleno, no sentido de “cheio”, “pesado”, “farto”. Por isso, o açaí só perde para o consumo da farinha de mandioca.

Em outras regiões brasileiras, esse vinho é consumido como bebida energética, misturada com cereais, xarope de guaraná e outras frutas tropicais. Em alguns municípios paraenses, o açaí também é utilizado na produção de sorvetes, geléias, iogurtes, licores, doces, bolos, pudins e bombons de chocolate com recheio de polpa da fruta (Nogueira, Homma, 1998). Mais do que gerar uma grande variedade de produtos derivados, o açaí vem se firmando como principal alimento e fruto da nova economia de Igarapé-Miri. Os depoimentos dos integrantes do Mutirão confirmam essa importância. A sindicalista e produtora rural Benedita Carvalho Gonçalves concebe o açaí em sua totalidade:

Hoje, o açaí representa quase tudo para nós: a economia, o alimento, a organização, o crédito e a independência dos trabalhadores.

Aquele que foi o 1º presidente da associação, Mauro Gomes Leão, é hoje integrante do Conselho Administrativo do Mutirão e enfoca a importância econômica do açaí não só para o município, mas para a microrregião de Cametá:

É o produto mais importante na região, tem seu comércio garantido e virou produto de exportação

O atual presidente do Mutirão, Nelson Lima Pinheiro, ressalta o papel do açaí como meio de conquista de maior poder aquisitivo e de melhor qualidade de vida para os produtores rurais da região:

Hoje, o povo que vivia dependente de patrão agora é totalmente autônomo, tem barco, telefone, televisão... uma vida mais digna, né!

E concluindo essa abordagem, Carmen Foro reforça o uso popular do açaí, usado como chave para a realização de sonhos:

O açaí significa a coca-cola da Amazônia; é a semente de sonhos, de uma vida melhor.

Como se percebe, em todos os depoimentos, uma mesma revelação: hoje, o açaí faz parte do cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Igarapé-Miri, constituindo-se a essência da vida dessa população. Pode-se dizer que representa o trabalho, a agricultura familiar, as mudanças nas relações de gênero, as conquistas de direitos, de igualdade e de dignidade para esse povo.

8 NOTAS CONCLUSIVAS

Passou-se já 15 anos da fundação do Mutirão. De lá pra cá, muitas histórias vêm sendo construídas e muitas lutas, travadas. As vitórias também são somadas. O ponto de partida foi a crise econômica que abalou o município na década de 1980, momento de transformação crucial para a compreensão da realidade social daquela microrregião. Eram centenas de trabalhadores rurais que viviam dependentes de patrões e que, naquele momento, viram-se desempregados, desolados, sem perspectivas de futuro e obrigados a mudarem-se para a cidade. É interessante como foi necessário adentrarem ao meio urbano para encontrar forças para retomar a vida rural.

Sabe-se que as estratégias coletivas voltadas para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida através da organização da produção do açai e conquista de mercados alternativos fundamentaram a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais para superar a estagnação e a marginalização econômica a que estariam submetidos, caso não tivessem buscado um meio de sobrevivência na área rural. Nesse contexto, o Mutirão pode ser considerado um marco na mudança de cultura e de concepção de economia rural no município, servindo de modelo para a implantação de outras associações, especialmente por ter sido o primeiro a exigir e conquistar o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO-Especial junto ao Banco da Amazônia – BASA. Além disso, é considerado o embrião do movimento das mulheres – que expõe a percepção das diferenças de gênero, dá visibilidade às relações de poder e busca estratégias coletivas e igualdade de direitos.

A participação das mulheres tem sido de singular importância nessa luta, despertando a atenção para a multiplicidade das relações de gênero e construindo um novo modo de vida. Enfrentando dificuldades e o preconceito de muitos companheiros, elas conseguiram assumir posições estratégicas no processo produtivo do açai, no associativismo e na luta sindical, ocupando, inclusive, a presidência do STR – lugar historicamente dominado por homens. Sempre demonstrando força, garra e determinação, elas vêm se organizando e demonstrando a sua importância nesse processo coletivo. Muitos de seus colegas reconhecem essa importância e a força delas, mas ainda não conseguem “domar” o machismo que carregam dentro de si.

Apesar disso, essas trabalhadoras rurais estão avançando em seu movimento, discutindo as mudanças da realidade econômica, geração de renda, capacitação e as questões de gênero, dando visibilidade às relações de poder e combatendo a desigualdade no trabalho e na família; estão ajudando a construir uma consciência ambiental. No entanto, ainda é preciso aprofundar o debate ambiental, uma vez que a visão crítica desses produtores como um todo sobre a devastação da floresta parece ser muito insipiente; é preciso explorar o fato de que os movimentos sociais podem se beneficiar quando inserem a questão ambiental em seus objetivos estratégicos e que o seu trabalho pode contribuir para a implantação de novas políticas de acesso e uso de recursos naturais.

Assim, por toda essa base de sustentação desse movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Igarapé-Miri, arrisca-se dizer que a economia do açai não é mais um dos diversos ciclos já existentes na Amazônia, como foi o palmito, a cana de açúcar, a borracha e tantos outros. E que ela é sim uma economia amparada nas raízes, na cultura de um povo. O açai não é mais uma moda que começou na década de 1990, mas uma tradição secular da região.

E, além disso, pode-se arriscar dizer que se essa atividade extrativista continuar sendo estruturada como está atualmente e se fortalecer suas bases enquanto modelo de desenvolvimento sustentável conjugado à igualdade de espaço e de direitos nas relações sociais, econômicas e políticas, poderá servir de modelo para gerações futuras. Afinal, o modo novo de vida construído coletivamente por esses homens e mulheres pode assegurar não só a implantação de uma nova política de uso dos recursos naturais, com modernos conceitos e princípios. De fato, o mesmo está trabalhando também a reprodução do saber tradicional e a renovação de antigas práticas de uso e manejo dos recursos da floresta.

Referências

ACOPA, D.; BOEGE, E. Las selvas mayas en el sur de Campeche, México: experiencias en la construcción de la forestaría social en Calakmul. In: Primack, Bray, Galletti e Ponciano (Org.). *La selva Maya*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1999. p. 120-135.

ALLEGRETTI, Mary Helena. A construção social de políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. Brasília, 2002. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília.

ALMANAQUE dos índios: Brasil 500 anos. Disponível em: www.educaterra.terra.com.br/almanaque/indios_5.htm

BALÉE, William. Cultura na vegetação da Amazônia brasileira. In: NEVES, Walter (Org). *Biologia e ecologia humana na Amazônia: avaliação e perspectiva*. Belém: MPEG, 1989. Coleção Eduardo Galvão, p. 95-109.

BOEGE, E.; GONZÁLEZ, D. Extractivismo em la selva Maya de México: una alternativa para el desarrollo de un “Polo Verde” en el sureste mexicano? Bosques y Plantaciones Forestales. *Cuadernos Agrarios*, México, Nueva Época. Año 6, n. 14. p. 115-143, 1997.

CARDOSO, Denise Machado. Movelaria de cipó títica em Belém do Pará: produção e uso. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.) *Belém do Pará: história, sociedade e cultura*. Belém, NAEA/PBM, 2006/no prelo. Ilustrado.

COOPERATIVAS do Baixo Tocantins exibem açaí com selo orgânico. São Paulo: Mercado Floresta, 17.10.2005. Amigos da Terra - Amazônia brasileira. In. www.mercadofloresta.org.br

DALMAU, Erico. *Ecosistema: palmito Jussara (Eutherpe edulis)*. In. www.terrabrasil.org.br/ecosistema/ecosist_jussar.htm

DICIONÁRIO de palavras indígenas. Disponível no site da Ong Índio. www.indio.org.br/004_Aprenda_mais/Palavras_Indigenas/palavras_indigenas.htm#tupi003

DICIONÁRIO Político. Disponível em: <http://www.agoranet.org.br/az.htm>

FIGUEIREDO, Alexandre Vieira. *Ação ecológica e cultura pós-moderna*. Disponível no site <http://www.cipo.inf.br/acao-ecol.html>.

FIGUEIREDO, C. E. M. *A Associação Mutirão de Igarapé-Miri – Projetos Alternativos Econômicos*. Abaetetuba, 1996. Trabalho de Conclusão de Curso – UFPA/Campus Baixo Tocantins.

LOPES, Maria Lúcia Bahia. *Distribuição dos retornos sociais do manejo do açaí no estado do Pará*. Belém: BASA. In: http://www.basa.com.br/download/Manejo_do_Acai.pdf

MULHERES de Cameté se organizam para produzir açaí. São Paulo: Amazonia.org.br, 02/02/2006. In: <http://www.amazonia.org.br>

MUNICÍPIO de Igarapé-Miri. Belém, 2001. Governo do estado do Pará / ex-Idesp: www.pa.gov.br/conhecaopara/igarapemiri.asp

NOGUEIRA, O. L.; HOMMA, A. K. O. Importância do manejo de recursos extrativos em aumentar o carrying capacity: o caso de açazeiros (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico. In: AGUIAR, D.R.D.; PINHO, J.B. (Ed.). *Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas*. v. 2. Brasília: SOBER, 1998. p. 139-150.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-36, 1996.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 69-75

RODRIGUES, William A. A cobertura florestal da Amazônia brasileira. In: PAVAN, C. (Org.). *Uma estratégia latino-americana para a Amazônia*. São Paulo: Memorial, 1996. p. 57-109.

RUEDA, Rafael Pinzón. *Evolução histórica do extrativismo*. Disponível no site do Ibama: <http://www.ibama.gov.br/resex/textos/h10.htm>

SIMONIAN, Ligia T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. Seminário *Imagens e ciência*, Belém: NAEA/UFPA, 2004. (Versão revisada e no prelo).

_____. Relações de trabalho e de gênero nos balatais da Amazônia brasileira. In: SCHERER, E. F.; OLIVEIRA, J. A. (Org.) *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 195-232.

_____. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a Cultura*. Belém: NAEA/UFPA, 2001.

_____. *Insustentabilidade do extrativismo da madeira na Amazônia: bases teórico-históricas, situação atual, perspectivas*. Seminário Internacional. Belém: NAEA/UFPA, 1997. Manuscrito.

_____; NASCIMENTO, J. M. Açaí reconquista mulheres Amazônidas. *Papers do NAEA*, Belém, n. 171, p. 1-27, 2004. (ISSN 1516-9111).

SOBRINHO, Sebastião Aluizio Solyno. A certificação do açaí na região do Baixo-Tocantins: uma experiência de valorização da produção familiar agroextrativista na Amazônia. *Revista Agriculturas*, v. 2, n. 3, outubro de 2005.

SOIHET, R. História das mulheres e relações de gênero: debatendo algumas questões. *Revista eletrônica de Jornalismo Científico*. Campinas: UNICAMP-Labjor / SBPC, n. 50, 2003: www.comciencia.br/reportagens/mulheres/16.shtml.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado, história oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: uma história – alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 93-151.

*Revisão de Texto: Ligia T. L. Simonian